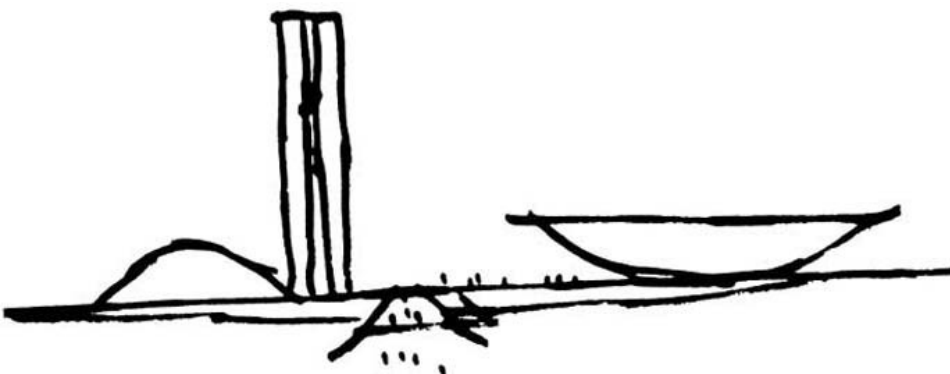


CAPACITAÇÃO PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



Introdução à Técnica Legislativa

Hugo Lontra



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



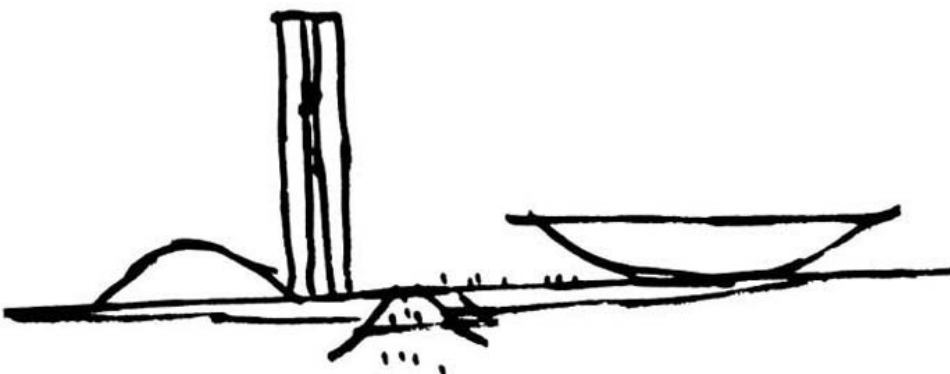
Conhecimentos Básicos:

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

Regimento Interno da ALERJ

Lei Complementar 95/1998

www.alerj.rj.gov.br



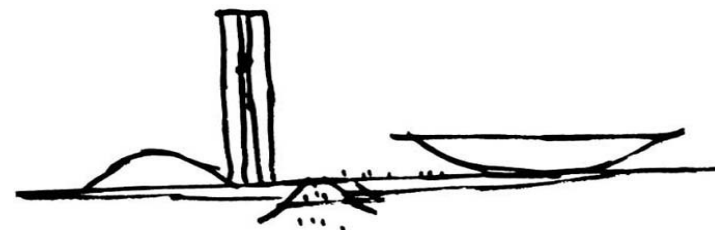
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 83 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia ou de suas comissões, conforme o caso.

§ 1º - As proposições poderão consistir em:

- propostas de emenda à Constituição,
- projetos de lei complementar,
- projetos de lei,
- projetos de resolução,
- projetos de decreto legislativo,
- projeto de lei delegada,
- emendas,
- indicações legislativas,
- requerimentos e recursos.



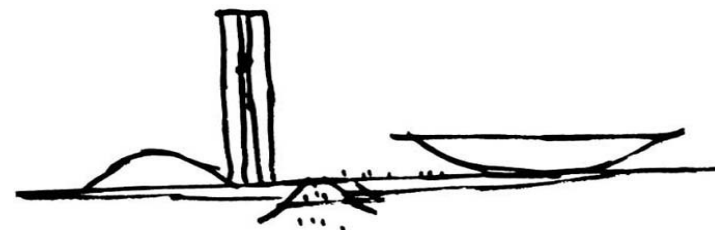
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ



§ 2º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, e apresentada em três vias.

§ 3º - Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.

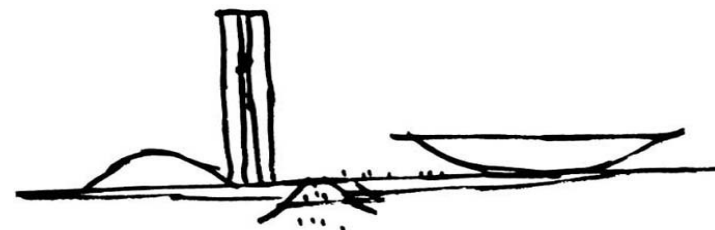


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ



- Fazer Leis exige responsabilidade;
- As Leis interferem na vida das pessoas, para o bem ou para o mal;
- Pensar sobre as consequências secundárias das ideias legislativas;
- Algumas questões não podem ser resolvidas por lei.

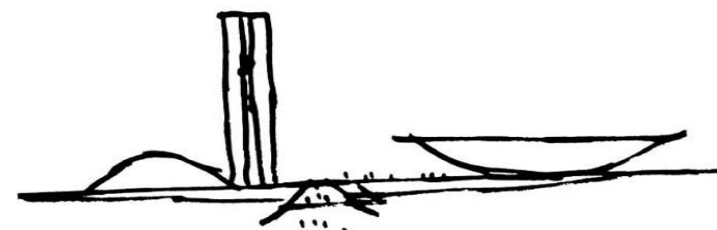
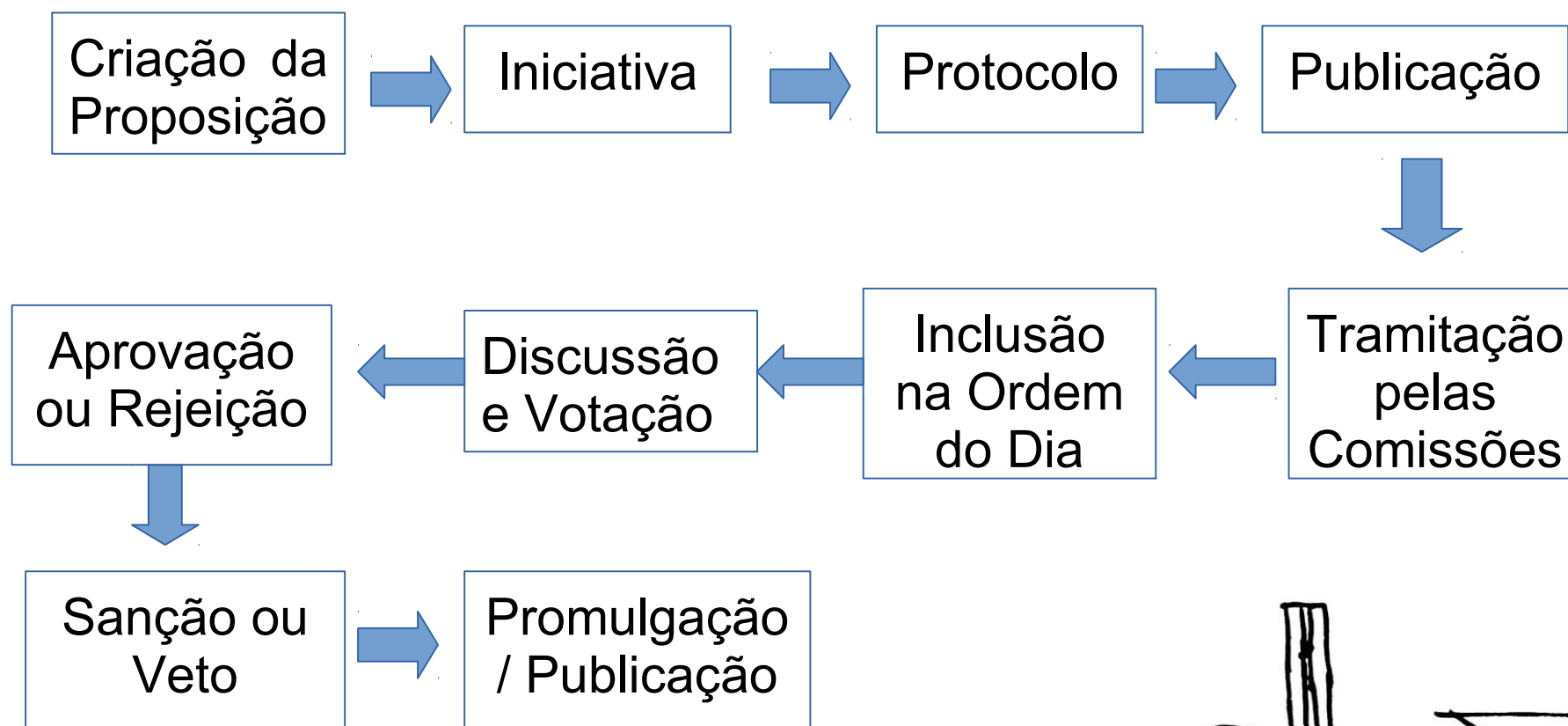


PARLAMENTO JUVENIL

PJ 2017

IDEIAS GERAIS DE PROCESSO LEGISLATIVO

TRAMITAÇÃO



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

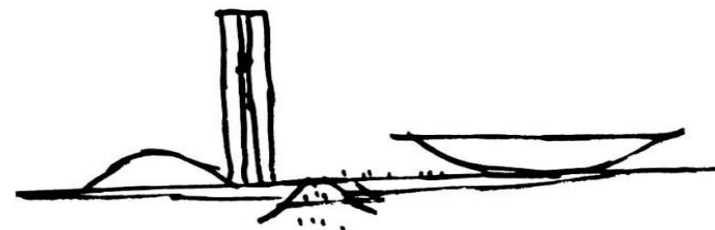


NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

Art. 88 - Os projetos deverão ser divididos em artigos numerados, concisos e claros, e precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º - Cada projeto deverá conter, simplesmente, a enunciação da vontade legislativa, de acordo com a respectiva ementa, e sua elaboração técnica deverá atender aos seguintes princípios:

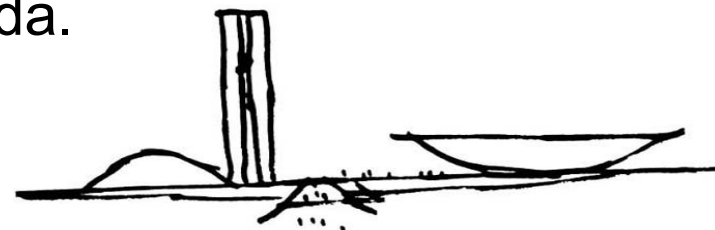
- a) redação com clareza, precisão e ordem lógica;
- b) divisão em artigos, cuja numeração será ordinal até o 9º e, a seguir, cardinal;



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

- c) os artigos se desdobram em parágrafos, incisos ou itens (algarismos romanos); os parágrafos, incisos ou itens em alíneas (letras minúsculas);
- d) os parágrafos serão apresentados pelo sinal gráfico "§"; por extenso será escrita a expressão "parágrafo único";
- e) o agrupamento de artigos constitui Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro; o de Livros, a Parte, que poderá se desdobrar em Geral e Especial, ou em ordem numérica (ordinal) por extenso;
- f) no mesmo artigo que fixar a vigência será declarada, sempre expressamente, a legislação anterior revogada.

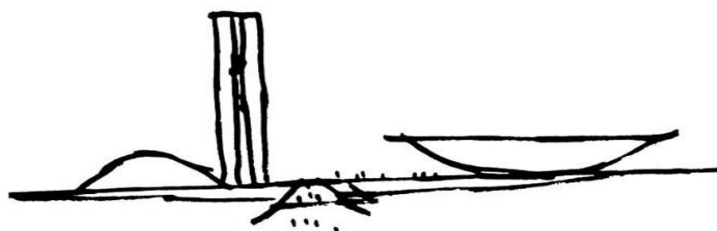


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

ESTRUTURA DA LEI:

- Parte Preliminar;
- Corpo da Lei;
- Parte Final;

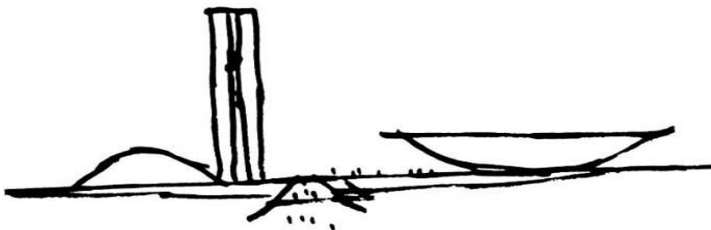


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

PARTE PRELIMINAR:

- Epígrafe;
- Ementa;
- Preâmbulo;





Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.



Vigência

[\(Vide Lei nº 1.521, de 1951\)](#)

[\(Vide Lei nº 5.741, de 1971\)](#)

[\(Vide Lei nº 5.988, de 1973\)](#)

[\(Vide Lei nº 6.015, de 1973\)](#)

[\(Vide Lei nº 6.404, de 1976\)](#)

[\(Vide Lei nº 6.515, de 1977\)](#)

[\(Vide Lei nº 6.538, de 1978\)](#)

[\(Vide Lei nº 6.710, de 1979\)](#)

[\(Vide Lei nº 7.492, de 1986\)](#)

[\(Vide Lei nº 8.176, de 1991\)](#)

Código Penal.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

Browser tabs: (18) Facebook, TRPARTIÇÃ..., Constituicao-Co..., http://...rt=3.1, :: Assembléia Le..., :: Assembléia... x, Decretos da ...

Address bar: www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm

Search bar: presidenta

ALERJ Domingo, 25 de outubro de 2015 Home

BUSCA GERAL
Atos do Executivo
OK

Processo Legislativo

- » Proj. de Lei 2015/2019
- » Proj. de Lei 2011/2015
- » Proj. de Lei 2007/2011
- » Leis Estaduais
- » Sugest. Legis Aprovadas
- » Discursos e Votações
- » Ordem do Dia
- » Comissões Permanentes
- » Comissões Temporárias
- » Constituições
- » Deputados
- » Arquivo
- » Biblioteca
- » Links

PRÊMIOS
CRÉDITOS

LEGISLAÇÃO - LEIS ORDINÁRIAS

POR NÚMERO POR ANO POR AUTOR POR ASSUNTO VOLTAR

Lei nº	7083/2015	Data da Lei	16/10/2015
--------	-----------	-------------	------------

▼ Texto da [Em Vigor]

LEI Nº 7083 DE 16 OUTUBRO 2015.

DISPÕE SOBRE A VENDA E O CONSUMO DE BEBIDAS NAS ARENAS DESPORTIVAS E ESTÁDIOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

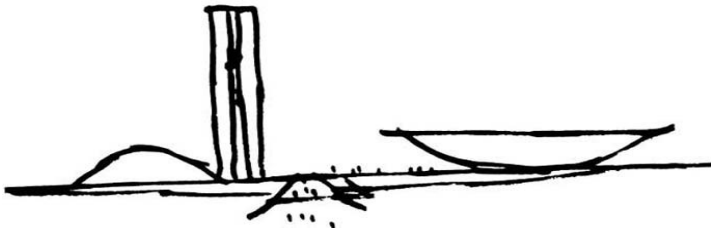
O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

CORPO DA LEI:

- Artigos;
- Parágrafos;
- Incisos;



(18) Facebook TRPARTIÇÃ... Constituicao-Co... http://...rt=3.1 :: Assembléia Le... :: Assembléia... x Decretos da ...

www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm

ALERJ Domingo, 25 de outubro de 2015 Home

BUSCA GERAL
Atos do Executivo
OK

Processo Legislativo

- Proj. de Lei 2015/2019
- Proj. de Lei 2011/2015
- Proj. de Lei 2007/2011
- Leis Estaduais
- Sugest. Legis Aprovadas
- Discursos e Votações
- Ordem do Dia
- Comissões Permanentes
- Comissões Temporárias
- Constituições
- Deputados
- Arquivo
- Biblioteca
- Links

PRÊMIOS
CRÉDITOS

LEGISLAÇÃO - LEIS ORDINÁRIAS

POR NÚMERO POR ANO POR AUTOR POR ASSUNTO VOLTAR

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Este projeto de lei tem por objetivo regular a venda e o consumo de bebidas nas arenas desportivas e estádios no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A comercialização de bebidas nas arenas desportivas e nos estádios localizados no Estado do Rio de Janeiro será permitida desde a abertura dos portões para acesso do público ao estádio até o final da partida, assim entendido o momento do apito final do árbitro.

Art. 3º - A única bebida alcoólica que poderá ser vendida e consumida em recintos esportivos é a cerveja, sendo proibida a venda e o consumo de quaisquer outras espécies de bebidas.

13:10 25/10/2015

Facebook (18) TRPARTIÇÃ... Constituicao-Co... http://...rt=3.1 :: Assembléia... x :: Assembléia Le... Decretos da ... +

www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm

ALERJ Domingo, 25 de outubro de 2015 Home Ok

Proj. de Lei 2015/2019
Proj. de Lei 2011/2015
Proj. de Lei 2007/2011
Leis Estaduais
Sugest. Legis Aprobadas
Discursos e Votações
Ordem do Dia
Comissões Permanentes
Comissões Temporárias
Constituições
Deputados
Arquivo
Biblioteca
Links

PRÊMIOS
CRÉDITOS

FEDERAÇÃO BRASILEIRA, PROMULGAMOS, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, A PRESENTE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (arts. 1º a 7º)

Art. 1º - O povo é o sujeito da Vida Política e da História do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º - A soberania popular, que se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, será exercida:

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II - pelo plebiscito;

III - pelo referendo;

IV - pela iniciativa popular do processo legislativo.

Art. 4º - O Estado do Rio de Janeiro é o instrumento e a

VOLTAR

13:14 25/10/2015

Browser tabs: (18) Facebook, TRPARTIÇÃO..., Constituicao-Co..., http://...rt=3.1, :: Assembléia..., :: Assembléia Le..., Decretos da ...

Address bar: www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm

Search bar: presidenta

Page header: **ALERJ** Domingo, 25 de outubro de 2015 Home

Left sidebar menu:

- » Proj. de Lei 2015/2019
- » Proj. de Lei 2011/2015
- » Proj. de Lei 2007/2011
- » Leis Estaduais
- » Sugest. Legis Aprovadas
- » Discursos e Votações
- » Ordem do Dia
- » Comissões Permanentes
- » Comissões Temporárias
- » Constituições
- » Deputados
- » Arquivo
- » Biblioteca
- » Links

PRÊMIOS

CRÉDITOS

Content area:

~~licença da Assembleia Legislativa.~~

§ 8º - Poderá o Deputado, mediante licença da Assembleia Legislativa, desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

*** Art. 102 Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (NR)**

§ 1º Os Deputados, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra o Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do

Buttons: VOLTAR, Ok

Taskbar: 13:15 25/10/2015

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

PARTE FINAL:

- Cláusula de Vigência;
- Cláusula de Revogação;



DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 360 - Ressalvada a legislação especial sobre os crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado e contra a guarda e o emprego da economia popular, os crimes de imprensa e os de falência, os de responsabilidade do Presidente da República e dos Governadores ou Interventores, e os crimes militares, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 361 - Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1942.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.1940

*

» Proj. de Lei 2015/2019

» Proj. de Lei 2011/2015

» Proj. de Lei 2007/2011

» Leis Estaduais

» Sugest. Legis Aprovadas

» Discursos e Votações

» Ordem do Dia

» Comissões Permanentes

» Comissões Temporárias

» Constituições

» Deputados

» Arquivo

» Biblioteca

» Links

PRÊMIOS

CRÉDITOS

POR NÚMERO

POR ANO

POR AUTOR

POR ASSUNTO

VOLTAR

arenas desportivas ou estádios, com as seguintes mensagens:
"Se beber não dirija, se dirigir não beba" e "É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos."

Art. 10 - As arenas desportivas ou estádios deverão veicular em sistema sonoro ou alto-falante, no mínimo 04 (quatro) vezes durante cada evento, as mensagens "Se beber não dirija, se dirigir não beba" e "É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos."

Parágrafo único: Fica igualmente obrigada a divulgação das mensagens referidas no caput em telões ou letreiros luminosos nos recintos esportivos que disponham de tais recursos.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as leis nº 404, de 15 de janeiro de 1981 e nº 2991, de 23 de junho de 1998.

Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 2015.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Governador

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



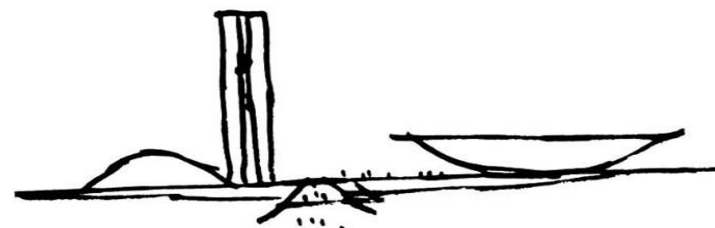
NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA:

“No ano de 2014 realizou-se o evento da Copa do Mundo no Brasil, no qual se permitiu a comercialização de cervejas nos estádios oficiais, não se verificando atos consideráveis de violência, causados pelo consumo de bebidas alcoólicas.

Considerando ainda que é de costume a comercialização de bebidas alcoólicas em outros eventos, como shows, feiras, eventos públicos, e não se verifica casos de violência nesses eventos.

Devemos considerar ainda que a Lei Federal no 10.671, de 15 de maio de 2003, mais conhecida como o Estatuto de Defesa do Torcedor, não proíbe explicitamente a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos recintos esportivos. A proibição constante do art. 13-A, inc. II da referida Lei refere-se ao porte de objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência. O referido artigo não proíbe o consumo de bebidas alcoólicas, mas sim, por exemplo, o porte de bebidas acondicionadas em garrafas de vidro, que podem ser utilizadas para a prática de atos de violência.”



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

INSTRUMENTOS PARA PESQUISA

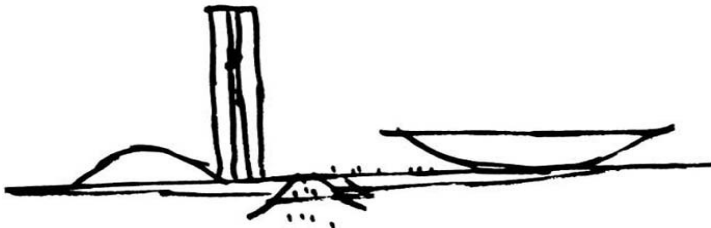
SITES:

<http://www.alep.pr.gov.br/>

<http://www.al.sp.gov.br/>

<http://www.alerj.rj.gov.br/>

http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Palácio Tiradentes



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



Obrigado!

Hugo Lontra

E-mail: hugo.lontra@gmail.com

